



Jornalismo e Cidadania

Ensaaios de estudantes sobre a rede de proteção à primeira infância.

Rede Nacional Primeira Infância

Jornalismo e Cidadania

Ensaaios de estudantes sobre a rede de proteção à primeira infância.

Reitor
Gildásio Guedes

Vice-Reitor
Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social
Fenelon Martins da Rocha Neto

Diretor da EDUFP
Cleber de Deus Pereira da Silva

EDUFPI - Conselho Editorial
Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)
Cleber Ranieri Ribas de Almeida
Gustado Fortes Said
Nelson Juliano Cardoso Matos
Nelson Nery Costa
Viriato Campelo Wilson Seraine da Silva Filho



Ficha Catalográfica
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processos Técnicos

L784 **Jornalismo e Cidadania: ensaios de estudantes sobre a rede de proteção à primeira infância. /**

Organização, Jacqueline Lima Dourado. – Teresina : EDUFPI, 2021. 53 p.

**Realização: Rede Nacional de Primeira Infância
ISBN 978-65-5904-149-7**

1. Jornalismo – Aspectos sociais. 2. Comunicação. 3. Cidadania. 4. Infância – Direito. I. Dourado, Jacqueline Lima. II. Rede Nacional de Primeira Infância.

CDD 070.449 372 21

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB-3/1282



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

All rights reserved

Editora vinculada à



Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Ficha Técnica

REALIZAÇÃO

**Rede Nacional Primeira Infância - RNPI
ANDI - Comunicação e Direitos
Secretaria Executiva RNPI/ANDI (2018-2021)**

Coordenadora

Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

Coordenadora Adjunta

Ana Potyara Tavares

Coordenador de Programas

Eduardo Schwarz

Coordenadora de Comunicação

Luciana Abade

Jornalista

Flávia Falcão

Equipe

Antonia Amelia da Conceição, Diana Barbosa, Diego Gama, Gisele Rodrigues, Jaqueline Silva, Mariana Rodrigues, Thais Malheiros e Veet Vivarta

Assessor para Assuntos Legislativos

Vital Didonet

Projeto Gráfico e Diagramação

Aline Macedo

Organização da Obra e Coordenação Editorial

Jacqueline Lima Dourado

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Apresentação | 7 |
| Prefácio | 8 |
| ECA E ANDI: Por uma infância sadia hoje | 9 |
| <i>Rosydallia Grandheel Alves de Abreu</i> | |
| Publicidade infantil em questão no Brasil | 11 |
| <i>Bruno do Carmo Veloso</i> | |
| A importância da defesa infanto-juvenil e o papel do jornalismo | 14 |
| <i>Isaac Haron Gomes Pereira</i> | |
| O cuidado marca uma vida inteira | 17 |
| <i>Camila Juliana Oliveira Sampaio</i> | |
| A criança, a internet e a classificação indicativa como desenvolvimento infantil | 19 |
| <i>Anastácia Viveiros da Costa</i> | |
| Direito à alimentação | 23 |
| <i>Lukano Miranda Lima</i> | |
| Classificação indicativa e publicidade infantil | 25 |
| <i>Laura Isabele Clemente Cardoso</i> | |
| O circo da desinformação | 27 |
| <i>Marcos Davi Beleense Lopes</i> | |
| A Importância de se fazer Jornalismo para a Cidadania | 30 |
| <i>Thércio Martins Lopes</i> | |
| A Ética da Mídia e a Publicidade Infantil | 32 |
| <i>Ana Gabriela Freire Uchoa Martins</i> | |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| A criança ensina até mais que o adulto | 34 |
| <i>Érica Pessoa Lopes</i> | |
| "É fácil ser criança" | 36 |
| <i>Guilherme Cronemberger Castelo Branco de Sampaio</i> | |
| Violações dos direitos das crianças e dos adolescentes em programa policiaisco | 40 |
| <i>Gisele de Oliveira Nascimento</i> | |
| Geração Alpha e o Universo das Telas | 42 |
| <i>Maria Carolina Rodrigues da Matta Mello</i> | |
| Primeira infância e a formação psicológica do indivíduo | 45 |
| <i>Gabriela Pereira de Sousa</i> | |
| Cidadania: um olhar jornalístico quanto a efetivação dos direitos sociais e civis | 48 |
| <i>Samuel de Oliveira Nogueira Lima</i> | |
| A Primeira Infância e o desenvolvimento cognitivo de crianças | 50 |
| <i>Ezequiel Araujo Maciel</i> | |

Apresentação

A ANDI Comunicação e Direitos, secretaria executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) entre 2018 e 2021, esteve à frente do projeto Primeira Infância é Prioridade que contemplou, entre dez grandes ações, a oferta de disciplinas sobre mídia e direitos da criança e do adolescente em faculdades de Comunicação de universidades públicas do Brasil.

A ANDI é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Suas estratégias estão fundamentadas na promoção e no fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre as redações, as faculdades de comunicação e de outros campos do conhecimento, os poderes públicos e as entidades relacionadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos nos âmbitos nacional e global.

Em parceria com a RNPI e com o patrocínio da Petrobras, a ANDI coordenou duas turmas na Universidade de Brasília (UnB) entre 2020 e 2021 e uma turma na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Por meio da iniciativa espera-se fomentar a presença de conteúdos relacionados à comunicação e aos direitos da criança e do adolescente no programa das Instituições de Ensino Superior e contribuir para a sensibilização e formação técnica de

jornalistas e comunicadores em relação aos temas da primeira infância.

O conteúdo didático garantiu destaque à agenda da primeira infância e incluiu aspectos que se referem aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a questões de gênero, étnico-raciais e de deficiência. Vários especialistas da RNPI participaram das três disciplinas.

A partir dessa terceira turma, da UFPI, coordenada pela dedicada professora Jaqueline Dourado, nasceu a proposta de fazer uma coletânea de artigos de alunos da universidade que participaram da disciplina especial. Seus textos têm como base as aulas ministradas pelos vários especialistas da RNPI e temas como legislação sobre infância, publicidade infantil, programas policiais e como cobrir o tema da infância e adolescência com o cuidado e respeito que o tema exige.

A ANDI e a RNPI têm enorme gratidão a todos os especialistas que se propuseram a estar com esses alunos para compartilharem seus conhecimentos e dedicação à causa dos direitos das crianças e dos adolescentes. É com muito prazer e alegria que apresentamos essa publicação, tão especial, dos alunos de Jornalismo e Cidadania da UFPI, turma de 2021.

**ANDI - Comunicação e Direitos
Rede Nacional Primeira Infância**

Prefácio

Desde março de 2020 a vida dos estudantes da Universidade Federal do Piauí, em consequência da *COVID – 19*, segue regida por normas a fim de conter o *Sars - Cov -2* como em todo o mundo.

Aulas suspensas, casos de doenças e mortes pairaram na vida das pessoas.

Diante do cenário pandêmico, foi preciso exercer o trabalho de forma remota e para isso treinar, equipar e encontrar alternativas.

O semestre 2021.1 iniciou em setembro e, de forma remota, foi a primeira vez no novo currículo que implantou-se a disciplina Jornalismo e Cidadania.

Para nossa alegria foi possível contar com a ANDI como parceira. Essa parceria rendeu palestrantes incríveis, competentes e de formação ímpar. Foram palestras

dentro de um diálogo franco com os alunos que em pleno sábado teriam 4 horas de atividades on line.

Gratificante e exemplar. Talvez mais palavras pudessem expressar. Mas Gratificante porque além da formação foi possível trazer o pensamento crítico e cidadão a cada estudante e a professora que também aprende. E exemplar porque a nossa vontade é de que, se deu tão certo, porque não repetir?

Fica aqui o agradecimento a cada um dos que fazem a ANDI e seus apoiadores em nome de Luciana Abade. Muito obrigada a todos e todas as palestrantes. Agradecemos, sobretudo, cada aluno e aluna que nos deram o feedback tão emocionante na última aula e as mil ideias que surgiram para o novo grupo que formamos *#TAMUJUNTU*.

Jacqueline Lima Dourado

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Piauí

ECA E ANDI:

Por uma infância sadia hoje

Rosydallia Grandheel Alves de Abreu

*Aluna do 3º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí*

De acordo com a constituição Federal Art.227, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito, liberdade, além da obrigação de mantê-los salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.

Como estratégia de reafirmação dos direitos das crianças e adolescentes, surgiu em 1990 o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei 8.069, o documento visa garantir aos menores seus direitos fundamentais levando em consideração o interesse do menor de forma superior a interesses de sujeitos externos.

O Brasil possui em sua história crianças e adolescentes expostos à exploração e violência desde a época do colonialismo, nesse momento da história crianças negras e indígenas foram escravizadas e obrigadas a trabalhar, elas eram enxergadas como posses e não como indivíduos.

Na Revolução Industrial a utilização da mão de obra infantil também se tornou recorrente, crianças trabalhando por longas horas sem momentos de lazer e sem acesso à educação.

Atualmente, o Brasil considera qualquer atividade econômica e de sobrevivência, remuneradas ou não, praticada por crianças ou adolescentes com menos de 16 anos, como trabalho infantil. De acordo com o IBGE, quase 2 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 16 anos estavam em situação de trabalho infantil em 2019, e 45% desses trabalhos foram considerados perigosos.

Segundo o Governo Federal, no primeiro semestre de 2021 mais de 50 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes foram registradas. Mais de 80% dos casos ocorre dentro de casa. Nessa perspectiva, nota-se que mesmo com a existência da regulamentação dos direitos dos menores, os mesmos estão vulneráveis a diversos tipos de violência.

Em meio a um contexto de vulnerabilidade social, observa-se esforços de instituições como a ANDI, criada em 1993, organização sem fins de lucrativos, que tem como missão “Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais”.

A ANDI possui áreas de atuação cuidadosamente definidas, uma delas é infância e juventude. Neste sentido, a organização “busca contribuir para que os atores do campo da comunicação, nos diversos conteúdos que produzem ou distribuem (jornalistas, publicitários...) reconheçam e saibam responder com responsabilidade ao lugar privilegiado que ocupam na ob-

servação vigilante do interesse superior de crianças e adolescentes”.

O projeto A Infância no Centro da Pauta, por exemplo, desenvolvido pela ANDI para o Instituto Arcor, demonstra, do ponto de vista técnico jornalístico, como garantir a produção de informação de qualidade voltado para crianças e adolescentes. No projeto, temas como terminologias apropriadas, fontes de informação qualificadas e uso correto de imagens entram em pauta.

Nesse contexto, é possível concluir que o ECA e a ANDI possuem em comum o propósito social de proteger crianças e adolescentes e garantir que seus direitos sejam aplicados e ampliados.

REFERÊNCIAS

- 1 <http://www.sinditabaco.com.br/>
- 2 <https://www.brasildedireitos.org.br/>
- 3 <https://www.gov.br/>
- 4 <https://www.gov.br/mdh/>
- 5 <https://andi.org.br/sobre/>

Publicidade infantil em questão no Brasil

Bruno do Carmo Veloso

*Aluno do 3º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí e repórter do portal
de notícias OitoMeia*

É fato que a influência da publicidade na infância é uma discussão árdua e persistente na sociedade brasileira. De um lado temos os órgãos regulamentadores que visam proteger a integridade da infância, e do outro lado temos as grandes empresas capitalistas visando marketing e lucro. A publicidade infantil está presente em todas as formas de mídias existentes, e se caracteriza por qualquer tipo de comunicação mercadológica que tem a intenção de persuadir a criança a consumir um produto ou serviço.

Para obter sucesso nas estratégias de publicidade com foco no público infantil as empresas utilizam um mix da linguagem lúdica com efeitos especiais, os mais variados recursos estéticos, os personagens populares, os atores, apresentadores e os influenciadores infantis. Mesmo não obtendo o poder de aquisição todas essas estratégias vão influenciar esse público a “apelar” para quem possa adquiri-los, os pais e os tutores responsáveis por elas.

Desde que o Conselho Nacional dos Direi-

tos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou uma resolução que caracteriza a publicidade infantil como abusiva em 2014, há uma disputa pelos limites da publicidade infantil no Brasil.

Desafios da publicidade infantil

Em meados da década de 1980 até o início dos anos 2000 a publicidade infantil utilizava uma linguagem bastante apelativa para os mais variados produtos. Se fizermos uma rápida pesquisa é possível fazer uma comparação com o marketing atual. A televisão era a mídia mais popular da época antes da explosão da internet no início dos anos 2000, e as grandes empresas capitalistas utilizam essa plataforma para divulgar seus produtos nos intervalos das programações infantis da época.

Influência da publicidade

O código de defesa do consumidor veta esse tipo de propaganda apelativa que

busca convencer o consumidor valendo-se de suas fraquezas ou ignorância em qualquer meio de comunicação ou espaço de convivência da criança. O órgão considera ilegal essa forma de publicidade pois é direcionada para um ser que está em formação social e ainda não tem a capacidade de discernimento. Entre os problemas dessas propagandas abusivas e suas conseqüências temos a aumento da obesidade infantil através do consumo de alimentos industrializados.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 340 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos estão obesos no mundo todo. A publicidade alimentícia é uma das maiores contribuintes da obesidade instigando o consumo de produtos industrializados. A nova geração é mais sedentária por conta da tecnologia e a presença nos espaços virtuais, e essa indução ao uso consumo de produtos industrializados soma ao sedentarismo e a obesidade. Outro ponto é que comparado aos alimentos orgânicos, os alimentos industriais são mais chamativos, utilizavam embalagens coloridas com personagens e isso chama a atenção das crianças.

Um das conseqüências dessa má influência da publicidade é a antecipação da fase adulta. Os comerciais dos anos 1990 provocavam uma visão erótica da puberdade e produziam conteúdos um tanto "sexualizado". Um dos mais famosos comerciais da época era da marca de chocolate da Garoto que erotizava meninos sonhando com mulheres mais velhas o qual conviviam. As discussões só aumentam sobre o assunto e uma das maiores preocupações atuais é a internet e as redes sociais. É fato que não temos como esquivar nossas crianças totalmente dessas plataformas pois elas estão presentes na nossa vida. Mas, os pais e res-

ponsáveis devem ter o máximo cuidado com o conteúdo que eles estão consumindo.

Programa policiaiscos e a Exposição infantil

Há uma luta em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes isso é notório. Porém, quando falamos em publicidade infantil estamos retidos à uma forma de marketing capitalista voltada para as propagandas como citadas anteriormente. Diante dessa perspectiva, devemos pensar também na exposição infantil a alguns programas policiaiscos que se dizem veículos jornalísticos e estão lucrando por meio da violação da imagem de crianças, jovens e adolescentes.

Durante uma palestra da disciplina de Jornalismo e cidadania, coordenada pela professora Jacqueline Dourado, discutimos sobre a classificação indicativa com Marcos Urupá. Urupá, é doutor em comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e discorreu como a classificação indicativa é desrespeitada pelos veículos de comunicação.

Um dos maiores exemplos são os programas policiaiscos. Um verdadeiro show de horrores que tem como objetivo explicar a desgraça de pessoas pretas, pobres e periféricas que estão na maioria das vezes em situação de vulnerabilidade social. Esses conteúdos são oferecidos aos brasileiros sem faixa etária indicativa, o que já é uma violação dos direitos infantojuvenis. Outro impasse, é que quando há casos de crianças e adolescentes que estão inseridos em contextos policiais, esse tipo de programação infringe os direitos desses indivíduos.

No Brasil, há um acordo dos empresários da Radiodifusão Brasileira, congregados na Associação Brasileira de Emissoras de Rá-

dio e Televisão (ABERT), o qual responsabilizam-se por uma transmissão de entretenimento sadio e informações corretas, além de trazer ao conhecimento do público os elementos positivos que possam contribuir para a melhoria das condições sociais. Por outro lado, estes também exigem direito à liberdade de informação, não aceitando quaisquer restrições que não sejam as determinadas pelas leis em vigor e as estabelecidas por tal Código.

Mabel Dias, é jornalista, associada ao Inter-vozes, coordenadora adjunta do Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (PB) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. A jornalista, discorreu em uma mesa redonda como esse acordo dos veículos de Radiodifusão Brasileira é desrespeitado e negligenciado pelos programas policiaiscos. A mestranda afirma que os programas ferem os direitos previstos pela constituição em favor da criança e do adolescente, pois, expõem esses seres mostrando seus rostos, influenciando com julgamentos precitados que vão interferir nos julgamentos dos seus casos e contribuir para a marginalização deles. Além de prejudicar essas crianças e jovens, quando são penalizados por essas infrações contestam a liberdade de expressão e que o seu conteúdo está censurado.

Regulamentação da publicidade infantil

A luta constante para a regulamentação da publicidade infantil no Brasil é uma

pauta de discussões parlamentares. Mas, quando se trata da luta contra exposição infantil, isso ainda é uma barreira a ser derrubada. Em 2015, a Andi Comunicação e Direitos localizou quase oito mil violações após monitorar 29 programas de rádio e televisão em todo país. Das seis emissoras, quatro ficam no Nordeste. Os quatro casos sancionados pelo Ministério das Comunicações no Nordeste partiram de uma repercussão social e não de atos de rotina do ministério. Os órgãos governamentais dividem opiniões, indagam se novas propostas não iriam afetar a regulamentação atual provocando retrocessos, debatem a autorregulamentação da família e dos responsáveis. Pois, acreditam que as pessoas estão mais empoderadas e conscientes para decidir o que consomem.

De fato, os órgãos responsáveis pelos direitos da infância não têm total poder sobre os conteúdos que são consumidos nacionalmente. O trabalho é coletivo, os pais e os tutores responsáveis devem ter o discernimento e monitorar se os direitos das suas crianças não estão sendo violados. A família nesse caso desenvolve um dos principais papéis pois são os primeiros formadores dos indivíduos que resguardam. Porém, a negligência de fiscalização dos órgãos governamentais junto ao Ministério das comunicações, contribui para que esse tipo de conteúdo permaneça no ar e não receba as devidas penalizações por suas infrações aos direitos da criança e do adolescente.

A importância da defesa infanto-juvenil e o papel do jornalismo

Isaac Haron Gomes Pereira

*Aluno do 5º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí e bolsista da Rádio
FM Universitária vinculada a UFPI*

O Brasil é mundialmente conhecido por sua diversificação étnica, racial e cultural; são inúmeros grupos e subgrupos que compõem a sociedade brasileira na sua totalidade. Contudo outro aspecto que se faz presente nesse âmbito é a diversidade social. Atualmente o país é composto por cinco classes sociais tituladas de A ao D, que se relacionam entre si nos mais diversos aspectos. Rapidamente abordando o aspecto social, até o início de 2021, o percentual de brasileiros vivendo na extrema pobreza era de 12,83% da população segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses dados juntamente com a diversidade social, mostram que nossa sociedade é formada por inúmeros indivíduos que vivem em realidades diferentes no mesmo espaço; uma sociedade heterogênea, com estratificação social exacerbada e milhares de pessoas desassistidas governamentalmente.

Uma pessoa sem assistência do Estado tem direitos e vivências fundamentais negadas e/ou impedidas, falta de apoio, sofre discriminação e preconceito, e tem uma visão de

relacionamento com a sociedade deturpada do senso comum; senso este estabelecido por uma parcela da sociedade que se baseia numa teoria que muitas vezes não aborda as peculiaridades da vivência.

Saindo da esfera social/econômica, e entrando no subgrupo da idade, há a questão do tratamento, exposição e resguarda da parcela brasileira denominada infanto-juvenil. Atualmente essa classe aborda indivíduos de idade igual ou inferior a 18 anos de idade. Até 2019 essa parcela correspondia a um quarto da totalidade da população brasileira. Se mostra necessário em números a importância de zelar esses ´´menores`´ de idade das inúmeras mazelas que a sociedade brasileira, em suas diferentes frentes, está exposta. Principalmente quando se refere as crianças e adolescentes de baixa renda social.

É na infância que o ser humano tem seu maior desenvolvimento cognitivo e aprende e absorve os conhecimentos necessários para a vida em sociedade, e é na

adolescência que esse mesmo indivíduo passa a ter juízo de valor. A importância da aprendizagem quando criança está principalmente na criação de um caráter humano ético/cívico que forme uma pessoa preparada para a vida em comunidade. E é no juízo de valor que esse caráter é moldado por meio de exposição e vivência em inúmeras situações da realidade que faça o adolescente colocar em prática sua ética e sua moralidade nas tomadas de decisões e comportamentos. Prestar zelo para que essa fase do crescimento humano seja no mais possível proveitosa e saudável, principalmente quando se trata de um quarto da sociedade atual e dos futuros componentes da mesma, é de suma importância para o Estado e seus cidadãos. Devido a tarefa primordial de manutenção da ordem social que rege a vida em grupo na modernidade.

Contudo, a desassistência governamental e estratificação social é uma característica em comum que todos os grupos e subgrupos partilham em nosso território nacional. O não cumprimento do papel do Governo, acaba por não beneficiar e garantir a essas crianças e adolescentes, uma realidade no seu crescimento como futuro adulto, que seja contundente ao que se espera. Exposição a violência, abuso, drogas, preconceito, bullying, exploração, etc. São estas as situações que essa pessoa que ainda está em processo de formação das suas faculdades mentais estará exposta, culminando na formação de um juízo de valor baseado nessas métricas. Se torna incabível de culpa um ser inferior, que foi subjugado a uma situação exterior a seus domínios, a não se encaixar a um padrão de comportamento estabelecido pelo senso comum. Garantias legais e políticas públicas são o caminho inicial a ser tomado pelo Estado, para o combate a esse cenário, porém é de extrema necessidade que isso seja estabelecido

de forma prática. Uma lei ou estatuto que se limite a teoria, que não possua execução e regulamentação, acaba por se tornar obsoleta e sem garantia.

É da estratificação social que advém o choque de comportamentos e o preconceito explícito. A marginalização impregnada na pobreza muitas vezes deturpa o grau de responsabilidade atribuída a crianças e adolescentes. O maior exemplo disso é o "roubo da infância", isso decorre quando esse indivíduo acaba cometendo um ato infracionário e é classificado como menor infrator ao invés de ser classificado em decorrência da sua faixa etária como criança ou adolescente. Essa terminologia é altamente danosa por tirar totalmente do ser humano a sua ingenuidade, despreparação psicológica e juventude. Distorce a imagem de uma criança que está no início de sua formação humana e foi influenciada por um meio violento para alguém que possui traços comportamentais que são impossíveis de se conviver em comunidade; ocasionando pôr fim a reclusão desses jovens. Gerando assim um preconceito na sociedade, principalmente nas suas classes econômicas mais superiores, classes estas que influenciam o pensamento em comum do seu todo. O jovem marginalizado possui sua imagem afetada, e ainda passa pelo preconceito social nos âmbitos econômico, racial e étnico. Todos esses aspectos negativos são fortes influenciadores psicológicos numa mente que não atingiu seu auge de maturidade mental.

O jornalismo tem como função primordial levar a informação para a sociedade de forma que obedeça aos critérios de veracidade, imparcialidade e objetividade. Devido a isso ganhou o status de influenciador e formador da opinião pública, por trazer fatos de importância comum que servem

de base para a tomada de decisões e pensamentos do resto da população. Por ter esse papel central, é de suma importância o trabalho ético do jornalista e seu meio de comunicação no que tange a não perturbação da ordem social no intuito de a prejudicá-la. Para isso, obedecem regras e orientações para não ferir nenhum grupo e subgrupo da sociedade seja em que aspecto for. Portanto, quando um acontecimento envolvendo uma criança e/ou adolescente se faz necessário por seu grau de noticiabilidade, é preciso que o jornalista tome medidas cautelosas que não culmine numa difamação daquele ser incapacitado, como também, de não gerar uma imagem ruim socialmente a esse indivíduo. Muitas vezes foi e se é usado a terminologia menor de idade ao invés de criança/adolescente em notícias, culminando na visão distorcida que a sociedade adere, influenciada pelo poder dos meios de comunicação. Outros fatores como exposição por exemplo, podem acarretar danos futuros a esse jovem na sua busca por emprego ou na sua admissão em algum órgão ou cargo.

Se mostra o poder danoso do Jornalismo a essa classe, quando não realizado com cautela e respeitando os direitos resguardados por lei. O papel central nessa luta pela defesa das garantias infanto-juvenis é do governo com seus três poderes legais.

Porém, o jornalismo também possui seu grau de responsabilidade, por ser o quarto poder; intitulado assim devido a sua grande influência na sociedade. O jornalismo através do seu poder na opinião popular pode mudar os trâmites que regem o preconceito, as violações do descumprimento nas leis, dá a visibilidade necessária ao cenário caótico que influencia negativamente milhares de jovens e por fim denunciar abusos sofridos por essa parcela indefesa e subjugada da sociedade.

A criança e o adolescente de hoje são os jovens adultos que irão compor a sociedade de amanhã. Muito de como será esse futuro depende de como é formado as crianças de hoje. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) determina essa responsabilidade como não só do Estado, mas também de toda a sociedade. É preciso não só defender, mas também garantir uma boa formação e educação dessas crianças e adolescentes, para que seja garantido uma harmonia e um cenário muito menos desigual em nosso país. A luta contra a estratificação, a pobreza e o preconceito hoje, não só cura milhões de pessoas dessas mazelas, como também garante uma proximidade eminente do extermínio dessas injustiças sociais. O zelo com o subgrupo dos jovens, ultrapassa a questão da solidariedade e chega no quesito da humanização na sociedade.

O cuidado marca uma vida inteira

Camila Juliana Oliveira Sampaio

Aluna do 5º período de Jornalismo na Universidade Federal do Piauí e estagiária de gestão de marketing na Leal Comunicação e Marketing.

O cuidado é uma manifestação de carinho que se encontra em todos os setores das nossas vidas, em todas as relações sejam as mais distantes ou mais próximas. E o cuidado se reflete de diversas formas. Ele está presente quando a mãe bate os legumes no liquidificador e esconde na comida que o filho mais gosta, para que ele possa crescer alimentando-se dos nutrientes certos, até a implantação de políticas públicas que garantem direito para aqueles que estão à margem da sociedade.

Em linhas gerais, o cuidado precisa estar presente em todos os âmbitos da vida de um indivíduo, principalmente na primeira infância, época que é marcada pelos intensos processos de desenvolvimento. O período que marca a primeira infância vai desde a geração do feto na barriga da mãe até os seis anos.

Segundo Viviane Faria, coordenadora de Educação Inclusiva do Instituto Dom Barreto e Conselheira Estadual de Educação do Piauí, privar uma criança dos seus direitos básicos, como acesso a segurança, alimentação e educação, é uma forma de violar os

seus direitos. Aqui percebe-se que a violência às crianças se dá de diversas formas, não apenas físicas e claro, isso afeta o desenvolvimento cognitivo desses futuros adultos.

Ao tratarmos de violação de direitos, é importante salientar que se diz respeito a toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança ou do adolescente, em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado. Entende-se que o cuidado para com uma criança é necessário em todos os momentos e deve ser uma responsabilidade de todos: família, sociedade e Estado.

Mas se é um direito, por que ainda é difícil assegurar que os protagonistas da primeira infância possam receber a atenção que merecem?

Responder essa pergunta é difícil, porque envolve muitos fatores. Um deles, por exemplo, é a criação que os pais escolhem ofertar aos filhos e isso varia de cada família. E outro fator pode estar entrelaçado à desigual-

dade social, que impede muitas famílias de cuidarem dos filhos de maneira que sejam estimulados seus processos cognitivos.

Quem presta assistencialismo aos que estão à margem da sociedade, ou seja, quem cuida de quem dos mais carentes, sobretudo crianças, precisa oferecer assistencialismo social, para que a criança não precise começar a trabalhar cedo ou ter responsabilidades que não lhe convém apenas para se manter viva.

No campo da educação, a criança precisa ter acesso a creche em horário integral com atividades culturais e esportivas. A creche também precisa oferecer uma alimentação rica em nutrientes e dialogar com as famílias, com orientações para o cuidado com as crianças. Vale ressaltar que essa atividade de orientação, não necessariamente precisa ser feita pelos professores. A escola deve ter um plano com outros colaboradores especialistas para falar com os pais. No que diz respeito à saúde, é importante que as crianças sejam levadas regularmente ao médico e tenham o cartão de vacinação sempre preenchido, além de terem saneamento básico.

Atitudes simples e integradas como essas podem oferecer a uma criança a oportunidade de se desenvolver melhor cognitivamente, uma vez que estresses vividos nos primeiros anos de infância possuem um

impacto duradouro no cérebro em desenvolvimento. Isso pode gerar consequências por uma vida inteira, pois experiências negativas com aquilo que é direito básico, vai definir se o cérebro do futuro adulto vai formar uma base forte ou fraca para a aprendizagem, comportamento e a saúde ao longo da vida, como foi bem exposto por Viviane.

Quando pensamos em políticas públicas para transformar a vida de crianças, é importante que a comunicação tenha um papel fundamental nisso, principalmente o jornalismo e publicidade, no qual as crianças e pais possuem mais contato. É necessário que a mídia entenda conceitos básicos de cidadania e aprenda a enxergar as crianças como sujeitos de direito e não como extensão dos pais ou alguém que não tem capacidade e por isso é tratada de forma inferiorizada.

O jornalismo em si, além da necessidade de respeito aos direitos humanos para com todos, precisa-se de pautas e uma nova programação que seja educativa, para as crianças, mas também para os pais, já que são eles estão à frente no cuidado para com os filhos e podem cobrar os direitos básicos que estão sendo violados, para que assim eles possam ficar despreocupados com o essencial e assim possam se dedicar mais assertivamente aos filhos com outras manifestações de cuidado.

REFERÊNCIAS

- 1 www.tjdft.jus.br/
- 2 <https://direito-do-estado.jusbrasil.com.br/>
- 3 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

A criança, a internet e a classificação indicativa como desenvolvimento infantil

Anastácia Viveiros da Costa

*Aluna do 5º período de Jornalismo da
Universidade Federal do Piauí.*

A vida contemporânea se vê permeada de telas. Elas chegaram, se multiplicaram e continuam se multiplicando à nossa volta em quantidade e variedade, tanto quanto em importância. Desde seu início acadêmico, até os mais criativos usos que as damos hoje em dia, as telas criaram enorme importância no modo como vivemos, interagimos, trabalhamos, estudamos, compramos, conseguimos informações e nos distraímos. Os impactos gerados são foco de estudos e debates, a importância das telas nunca foi tão grande e a tendência é de aumentar, no entanto pouco ou nenhum foco não mercadológico é dado para as crianças.

A criança é muitas vezes vista em nossa sociedade sem seu devido valor, como foi bastante comentado pelo professor Vital Didonet. É recente o reconhecimento dos seus direitos. Ainda assim, elas ainda são vistas como futuros adultos, futuros cidadãos. Muitas vezes não se permite que as crianças sejam percebidas como indivíduos, e por mais que sejam de fato seres em construção de suas personalidades e apti-

dões, elas não se tratam de uma folha em branco, um alguém a ser pensado no futuro, mas em seres para serem respeitados no presente, com necessidades e particularidades do presente. E uma das maneiras de respeitar as crianças, suas necessidades específicas é permitindo e promovendo um desenvolvimento saudável, e isso significa dar a elas todos os meios necessários e para que elas se tornem seres humanos plenamente desenvolvidos.

Para o desenvolvimento saudável das crianças é preciso que elas tenham um lar seguro, onde não lhes falte afeto, alimento, educação e atenção, o que pode parecer simples e até pouco, mas dada a realidade atual não é, se torna muito complicado que os pais consigam prover com toda a atenção e recursos que uma criança necessita, principalmente se tiverem ambos que trabalhar, ou procurar emprego, e realizar as atividades domésticas. As ruas e praças já não são mais seguras, para convivência e interação e as crianças estão ficando cada vez mais restritas ao ambiente doméstico.

Nele, elas se concentram principalmente nas telas, onde jogos, músicas, propagandas, filmes e séries nem sempre são produzidos destinados à sua idade e com esse conteúdo indiscriminado e acessível a criança se diverte, se educa e se molda.

Por mais que seja mais cômodo negar, a realidade é que as crianças consomem o inadequado à sua idade, como por exemplo os muitos relatos que se tem feito de crianças acompanhando séries, filmes e músicas impróprios, com conteúdo nocivo ao desenvolvimento infantil que abordam temáticas referentes ao universo adulto. É certo que em alguns casos a própria realidade onde a criança se encontra pode não ser saudável e inserir a criança no contexto que ela vive não é errado, no entanto existem pontos a serem considerados, mesmo que a criança não tenha o privilégio de crescer em um ambiente ideal e saudável não é por isso que ela deve ser exposta aos perigos do mundo, e aos problemas da vida adulta em um momento tão crucial de seu desenvolvimento cognitivo.

Essa exposição precoce e desnecessária gera disfunções, atrasos e malefícios, que já vêm sendo estudados. Uma das partes importantes da exposição infantil que deve ser levada em consideração é, obviamente, o conteúdo ao qual ela está sendo exposta. Desde que o cinema surgiu como um produto de massa surgiu também a classificação indicativa que pretendia proteger as crianças de conteúdos que fossem impróprios, imorais ou prejudiciais. E quando a televisão surgiu, se popularizou e começou a criar suas programações, ela passou também a respeitar os critérios de classificação indicativa, ainda assim não o fizeram de bom grado, a classificação indicativa e os horários disponibilizados tiravam dos horários mais acessíveis programações que tra-

riam maior audiência, no entanto foi alegado “violação da liberdade de expressão”. A classificação indicativa não é uma censura. É um indicador de propriedade, parâmetro a ser levado em consideração pelos responsáveis antes de deixar a criança assistir um conteúdo, e caso permita, saiba a que a criança pode estar sendo exposta.

Mesmo tendo esse importante recurso que permite ao responsável cuidar do conteúdo consumido pela criança, na palestra com o professor Marcos Urupá ele revelou em seus estudos e observações que muitas pessoas não se atentam para os infantes assistirem programações com uma classificação indicativa muito mais elevada que a faixa etária que possuem. E isso pode causar, mesmo que não imediatamente, muitos problemas no desenvolvimento psicológico da criança. Há uma ideia comum, não por acaso, de que a classificação indicativa é um tipo de censura por parte das empresas de entretenimento, no entanto como afirmou o ministro do supremo tribunal federal Luís Roberto Barroso (BARROSO, Luís Roberto, 2007), “a liberdade de expressão é incensurável, mas, por outro lado, não pode ser absoluta, caso contrário, seria exercida sem nenhuma responsabilidade”.

O que nos leva a outros pontos muito interessantes abordados nas palestras. Ambos nos levam à um de nossos últimos palestrantes professor Veet Vivarta, o primeiro é que a imprensa e a política brasileira são mistas e quase indissociáveis e isso tanto fortalece a imprensa quanto enfraquece os órgãos reguladores, assim se vem alimentando há muito tempo que a absoluta liberdade de imprensa garante uma auto regulação idealizada, mas está muito claro que isso não funciona e um belo exemplo são os policiais que vêm se popularizando cada vez mais. Esse tipo de pro-

dução não segue padrões jornalísticos mínimos de ética, criando um tribunal televisivo, levando informações sensacionalistas, espetáculos sanguinolentos, que servem para aterrorizar a população e o fazem em horários relativamente nobres do dia, com o público infantil em casa. Se por um lado a atividade jornalística pode sim noticiar tragédias, ela não o faz da maneira escandalosa e criminosa que é feita nesses programas, pois programas jornalísticos sérios têm livre classificação indicativa, são feitos para todos os públicos e tem uma produção cuidadosa e detalhada que defina as informações a serem repassadas, de acordo com sua importância, não o vulgar, sem omitir e informando os meandros que possam interessar e agregar a população, sem ter que violar os direitos humanos, a lei e o código de ética.

O outro ponto sobre a exposição infantil, mas não sobre o que ela vê, mas sobre o que a criança produz, e como aquela criança influencia outras crianças. A ONU declarou que a internet é um direito humano, mas torná-la um ambiente seguro para que as crianças usufruam de seus direitos é uma tarefa praticamente impossível, principalmente no caso do Brasil onde sequer há uma tentativa. Todos os aspectos apresentados sobre esse cenário trazem uma dificuldade que requereria políticas públicas que não estiveram nos radares dos executivos brasileiros desde o marco civil da internet.

Primeiramente que a exposição infantil na internet principalmente em canais monetizados é amplamente defendida e, às vezes, até incentivada com os argumentos de que é um atividade similar ao trabalho infantil artístico, que é regulamento por órgãos públicos e fiscalizado, ao contrário da online que não tem nenhum tipo de regulamentação

ou limite que leva a vez ou outra surgirem casos onde os pais exploram os filhos para gerar conteúdo, e muito embora seja importante que as crianças se vejam representadas, tenham bons exemplos e um conteúdo lúdico, não há a garantia de qualidade, no conteúdo em qualquer de suas etapas de produção ou de segurança para a criança, tanto a produtora quanto a espectadora, sem contar que muitos desses canais estimulam um consumismo desenfreado nas crianças que ainda não possuem maturidade e discernimento suficientes para não cair no marketing excessivo e abusivo presente nos veículos online, por isso uma classificação indicativa e regulamentação fariam tão bem, não resolveriam todos os problemas, mas já seria um começo. Esse parágrafo precisa de pontuação

Outro ponto é que para se fazer uma discussão sobre exposição e consumo de conteúdo online por crianças é necessário se questionar se aquela criança ou família terão acesso à rede. Viviane Fernandes Faria em sua fala nos trouxe um pouco dos retratos da desigualdade, pois em um país que 95% dos lares não possuem saneamento básico, que 32% da sua população na linha da pobreza e metade desses estando em situação extrema, um país que voltou a sofrer com a fome. É pouco provável que as famílias mais carentes tenham aparelhos suficientes para que todo o núcleo familiar faça uso, ou que separem parte de seu rendimento para pagar por um plano de internet, pois com a omissão governamental e a pressão empresarial os brasileiros tiveram acesso à internet por via mercadológica, então o dito direito humano, estratifica socialmente os cidadãos dentre os que tem mais direitos dos que tem menos em comparação com os que não tem direito nenhum.

E, ainda que fosse garantido o acesso,

muitas famílias sequer conseguiram fazer uso de seus direitos devidamente e permitir um uso responsável da rede pelas suas crianças, pois não seriam capazes de educa-las para fazerem uso consciente da internet, pois as crianças não se educam sozinhas e os adultos tampouco são alfabetizados digitalmente possuindo pouco ou nenhum discernimento acerca do que pode ser exposto do que deve ser protegido. Essa bola de neve levará a o uso leviano da internet, podendo ter consequências muito sérias.

Retomando as falas de nossos palestrantes para finalizar essa questão, é preciso

perceber a criança a criança como sujeito de direito, é preciso pensar em sua unidade enquanto se promove seus direitos, sejam físicos, psicológicos ou digitais. Assegurar os direitos das crianças é promover um futuro saudável, ela tem direito a fazer uso da internet e de ter sua liberdade para desenvolver uma personalidade forte, independente e consciente, mas para tal é necessária a política de classificação indicativa, feita como uma maneira de assegurar à criança e ao adolescente, acesso a entretenimento, cultura e lazer de qualidade e que respeite sua integridade física e psíquica e lhes permita um desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIA

- 1 <https://criancaconsumo.org.br/>

Direito à alimentação

Lukano Miranda Lima

*Aluno do 5º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí e bolsista da Rádio
FM Universitária.*

A palestra ministrada pela Prof^a. Dra. Fabiana Poltronieri de São Paulo que é nutricionista, coincidentemente ocorreu no dia mundial da alimentação comemorado no último dia 16 de outubro em várias partes do mundo. A professora Fabiana Poltronieri destacou durante a conversa o direito constitucional à alimentação infantil, a Lei da primeira infância, os alimentos ultraprocessados, além de evidenciar que nutrição é cidadania.

A data do qual é comemorado o dia mundial da alimentação foi escolhida como forma de alertar sobre a importância da alimentação saudável, acessível e de qualidade, sendo chamada muitas vezes também, de segurança alimentar e nutricional. Segundo a professora, uma alimentação de qualidade é um direito de todos, sendo assegurada por lei.

De acordo com a constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, todos os seres humanos têm direitos a alimentação, em virtude disso, a data também tem como

foco expor os problemas associados à alimentação, por exemplo, a fome, a desnutrição e a pobreza. Uma vez que, sabemos que ainda hoje muitas pessoas passam fome e sofrem com carências nutricionais e isso tem gerado grandes problemas e impactado a saúde de milhares de pessoas não só no Brasil como no mundo.

Este ano todos os pontos e foco que a data levanta, tiveram ainda mais importância, pois aconteceu durante a pandemia de COVID-19, cujos impactos afetam os sistemas de agro alimentação e provocaram a redução econômica global sem precedentes, o que acarretou na perda de meios de subsistência e renda em contrapartida o aumento da insegurança alimentar e desigualdade.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos e tem sido um dos campeões no desperdício. Toneladas de frutas, verduras e legumes são jogados fora todos os anos devido a condições inadequadas de colheita, armazenamento, manuseio e

transporte ou desperdiçada no consumo e no varejo. Porém, o combate às perdas e ao desperdício de alimentos tem efeito direto na segurança alimentar, pois ajuda a melhorar o desempenho econômico e promove uma alimentação adequada e a preservação do meio ambiente.

A Prof^a. Dra. Fabiana Poltronieri ressaltou que a lei da primeira infância deve ser despretensiosa e deve auxiliar crianças e jovens. De acordo com a Lei nº. 13.257 de 08 de março de 2016 conhecida como Marco Legal da primeira infância é tão importante para assegurar os interesses das crianças, pois estabelece os princípios e diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas aos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, considerando para tanto o período que abrange os primeiros 06 anos completos de vida da criança, sendo que essa é uma fase crucial e determinante na formação das habilidades humanas e definirão a integração da criança com a sociedade.

Segundo o artigo 5º do Marco Legal da Primeira Infância: "Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica."

Sabemos que devemos estabelecer políticas, planos, serviços e programas para a primeira infância, como forma de proteger as nossas crianças, os maiores desafios na lei é reduzir as desigualdades no acesso aos serviços que deem atenção para as crianças, priorizando o julgamento justo e a inclusão da criança sem discriminação na sociedade. O artigo 5º é um dos mais importantes, pois além da segurança ele também garante o direito à alimentação, reduzindo assim, números alarmantes de crianças desnutridas e favorecendo o seu crescimento e desenvolvimento saudável.

Por fim, a professora Dra. Fabiana Poltronieri destaca também que os jornalistas devem ter cuidado com a linguagem quando se fala sobre as crianças e adolescentes em reportagens, e que a linguagem deve ser ajustada, os jornalistas são agentes ativos formadores de opiniões por isso devem ter certo cuidado quando se fala de crianças e adolescente em matérias sem as comprometerem ou desfavorecerem. A professora fala que "os jornalistas são como Jedis. o sabre de luz é como o microfone dos jornalistas para a informação."

Percebemos, portanto, que a alimentação é uma questão séria e que envolve vários fatores, não sendo a fome o único problema enfrentado pela população mundial em relação à alimentação. Deve-se aproveitar não só o dia 16 de outubro, mas durante todos os dias do ano e refletir sobre os nossos hábitos alimentares, o desperdício e como podemos ajudar a mudar o quadro da alimentação. Pequenas atitudes fazem o mundo melhor.

Classificação indicativa e publicidade infantil

Laura Isabele Clemente Cardoso

Aluna de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí, auxiliar de produção na Tv Band Piauí e produtora de conteúdo no Questão de Informação (@questaodeinformacao).

Até que ponto a superexposição das crianças é um bom negócio?

Aprender a ler e escrever é um processo de grande parte das crianças. O meu processo de aprendizado tornou-me uma criança ainda mais curiosa, e não demorou até que eu conseguisse ler aquela barrinha que aparece na televisão no início de um filme ou programa. “Papai, porque um desenho é proibido para menores de 10 anos? É desenho!”. Lembro-me bem das inúmeras vezes que precisei fechar os olhos enquanto assistia à novela com minha mãe para não ver uma cena de beijo. “Não é para a sua idade”, “Isso é hora de criança já estar dormindo”, e várias outras afirmações do tipo foram a resposta para inúmeros ‘porquês’.

A “barrinha” era a classificação indicativa, ela tem o intuito de evitar a exposição infantil a conteúdos audiovisuais inapropriados. Diferente das gerações X, Y e Z, que aprenderam a conviver e dominar as novas tecnologias, especialmente a evolução da

internet e dos smartphones, a Geração Alpha, nascida a partir de 2010, cresceu com o celular em mãos, uma mudança significativa na vivência da infância e da adolescência. A indústria do entretenimento infantil, a publicidade, o uso de mídias eletrônicas, a disponibilização de jogos necessita de atenção redobrada dos adultos, principalmente diante da velocidade com que as informações provenientes desses meios atingem a criança.

A internet não é “terra sem lei”, no entanto é uma janela aberta para incontáveis formas de conteúdos que escapam da barreira necessária para proteger as crianças, que são sujeitos de direitos e demandam da tríade Estado, família e sociedade cuidado, zelo e atenção, fundadas na reconhecida vulnerabilidade e hipossuficiência de que são portadoras, priorizando por valores, como o da dignidade da pessoa humana que, inegavelmente, atende em particular a criança, a fim de garantir a preservação do bem-estar e respeitar sua integridade física, mental e moral.

Com o distanciamento social a internet e as redes sociais passaram a ser um ambiente ainda mais frequentado por quase todos, de crianças a adultos. A influência da mídia na formação e no processo de socialização das crianças e adolescentes tende a crescer com o desenvolvimento e a disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação. Por isso é fundamental que os pais e todos aqueles que convivem com crianças mantenham-se vigilantes. A internet não é um problema, ela trouxe grandes ganhos para a sociedade, é possível aprender muitas coisas através dela, afinal são milhões de informações importantes a um clique, o problema está em não dosar e compreender que os mais novos possuem uma forma diferente de aprender. Crianças são curiosas, estão descobrindo o mundo e como casa coisa funciona, o senso crítico ainda está em construção e os pais especialmente, tem o dever de filtrar o que é de fato educativo e o que pode ser prejudicial.

O processo de intensificação do acesso das crianças ao espaço virtual traz à tona a descoberta de que o público infanto-juvenil constitui mundialmente um mercado rentável, o que tem ocasionado o desenvolvimento do marketing infantil e a intensificação da publicidade dirigida a este segmento, mesmo que seja dos pais a tomada de decisão e o poder de compra, o público infantil faz parte das estratégias de marketing como um importante influenciador, já que esse tipo de publici-

dade usa estratégias como linguagem infantil, efeitos especiais, músicas infantis, cores vibrantes e outros recursos estéticos que atraem a atenção dos pequenos, usar celebridades do universo infantil, apresentadoras do universo infantil, atores mirins e cantores também fazem parte da estratégia.

A publicidade infantil é uma questão polêmica no Brasil, as autoridades e entidades civis defendem a proibição das formas de publicidade para crianças por conta da vulnerabilidade do público, por outro lado os envolvidos com a questão do mercado buscam uma regulamentação mais rígida e funcional para impedir práticas abusivas nessa comunicação.

As próprias plataformas adaptaram-se a esses perigos e buscam maneiras de minimizar essa exposição e conseqüentemente proteger os usuários, independentemente da idade. A criação do YouTube Kids, Netflix Infantil, entre outros, que separam os conteúdos de acordo com a classificação indicativa, além disso o "Modo Restrito" do YouTube também ajuda a excluir conteúdo possivelmente ofensivo e o Family Link permite estabelecer regras digitais; em algumas plataformas é possível escolher quais aplicativos, recursos e conteúdos um perfil pode acessar. Mesmo com tantas alternativas, o olhar vigilante dos adultos é essencial para assegurar a integridade das crianças e adolescentes.

O circo da desinformação

Marcos Davi Beleense Lopes

Aluno de Jornalismo do 3º Período da Universidade Federal do Piauí, aluno de Direito do 2º Período no ICEV e bolsista na Coordenadoria de Comunicação Social da UFPI. Disciplina: Jornalismo e Cidadania.

O eminente jornalista Pedro Bial, discutiu, outrora, em um de seus famosos discursos, acerca da relativização do falso bem e do mal absoluto. De maneira análoga, a percepção de uma notícia, pode ser alterada de acordo com nuances circunstanciais, como, por exemplo, a forma que essa é retratada pela imprensa, não necessariamente se atentando à veracidade dos fatos. Em todo o processo de construção jornalística, é imprescindível apurar com contundência os aspectos que permeiam o acontecimento, para garantir a repercussão justa da situação apresentada.

No sábado, dia 13 de novembro de 2021, a disciplina de Jornalismo e Cidadania, do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), recebeu a jornalista Mabel Dias. Ela é associada ao Intervozes, também coordenadora adjunta do Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (PB) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. A palestra deu continuidade a uma série de

debates sobre diversos temas, promovidos pela disciplina, em parceria com a ANDI-Comunicação e Direitos. Durante o encontro, o tema debatido foi a estética dos programas policiais e seu comprometimento com a efetiva comunicação.

Na oportunidade, a profissional apresentou uma série de exemplos e casos nos quais os programas do gênero cometeram graves ataques ao Código de Ética do Jornalista. Na maioria das situações, apresentadores de grande alcance regional e nacional utilizam de sua influência para disseminar informações tendenciosas, que por muitas vezes fomentam e incitam o ódio a pessoas envolvidas em crimes. Além de ferir a conduta profissional, esses jornalistas infringem Leis e princípios constitucionais.

Vale ressaltar que esses jornalísticos, na maioria das vezes, adotam uma abordagem sensacionalista para noticiar os fatos. A credibilidade é vilipendiada em detrimento da procura desenfreada pela audiência a qualquer custo. Geralmente, não se pre-

ocupam em apurar com a devida responsabilidade o desenrolar dos acontecimentos, nem tampouco buscam preservar a identidade dos acusados.

Esse contexto demonstra um claro desrespeito aos Direitos do cidadão, pois conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todos possuem direito à ampla defesa. Desse modo, a exposição realizada por esses veículos de informação é extremamente problemática, a medida em que adota apenas uma versão dos fatos e julga os acusados como culpados, antes mesmo de terem a oportunidade de um julgamento justo. Muitas vezes, criam todo o enredo baseado unicamente na versão de um delegado ou autoridade, considerando ser essa uma fonte segura, confiável e suficiente para a emissão de um juízo de valor.

Os formatos policialescos adotam uma linguagem apelativa, fortalecida por uma abordagem que mais se aproxima do entretenimento, do que do jornalismo. Alguns programas se utilizam de recursos como personagens (fantasias de palhaço, super-heróis, fantoches), inserindo esses artificios lúdicos para envolver a audiência. Essas situações comprometem a passagem das informações, pois não colaboram com a credibilidade dos jornais e dos próprios apresentadores, que tratam notícias sérias, como mortes e assaltos, com humor.

Nesse ínterim, o capitalismo é colocado como preponderante. É frequente nesses programas a presença de anunciantes, outro fator que aproxima o formato de um programa de entretenimento. O problema, contudo, não é a monetização da informação, pois isso é imprescindível para a manutenção do trabalho jornalístico. A questão é a forma como essa publicidade é apresen-

tada, com músicas, chamadas teatralizadas, um grande "VT", para convencer o público de comprar os produtos.

Outrossim, a falta de respeito com a figura dos envolvidos e com as famílias deles é pungente. Os programas exibem imagens de suspeitos, filmagens de crimes, ou até mesmo expõem os corpos das vítimas. Inicialmente, vale pontuar novamente o flagrante de um crime, neste caso, o de vilipêndio de cadáver, conforme o artigo 212 do Código Penal. Além do aspecto jurídico, é uma questão de ética e moral ter o mínimo de razoabilidade ao ponderar a real necessidade de transmitir esse tipo de conteúdo, sobretudo suas consequências para os envolvidos.

Além disso, esses programas são palco da desinformação, sobretudo aquela que incita o preconceito. A sociedade brasileira atual é marcada pela desigualdade social, com destaque para preconceitos como racismo e a fobia à membros da comunidade lgbtqia+. Com isso, no contexto em que muitas pessoas envolvidas em crimes e outros imbróglios explorados pelos policialescos, são pessoas negras, os programas se aproveitam da situação para incitar o ódio contra esses grupos.

Quando uma pessoa de classe social mais abastada ou com padrões estéticos mais "aceitáveis" (do ponto de vista dos preconceituosos) está sendo acusada, o tratamento dado a essas pessoas é diferenciado. Seja por falta de conhecimento, ignorância ou simplesmente má vontade, os apresentadores não possuem interesse em estudar sobre determinadas causas sociais. Por isso, acabam por colocar expressões ou posicionamentos problemáticos para se referir a minorias sociais, o que acaba por ferir a existência dessas

peças e afetam todos os membros desses grupos.

Sob tal ótica, é importante destacar, que o jornalista assume um papel de agente transformador da opinião pública, devendo, portanto, exercer sua função com responsabilidade, ética e credibilidade. Por se tratar de um mecanismo modelador das ações sociais, o jornalismo, quando bem executado, é capaz de fornecer condições para a construção de uma sociedade com pensamento crítico e que é engajada o suficiente para mudar aquilo que está errado em sua realidade.

Ademais, pode-se afirmar, que aqueles que tentam menosprezar e desacreditar os profissionais da comunicação, apenas ratificam o potencial do jornalismo de denunciar as mazelas sociais e instigar as transformações. O serviço da imprensa é primordial para os dias atuais, por possibilitar vez e voz àqueles que clamam por seus direitos respeitados. Talvez por isso, por incomodar os mais poderosos, aos quais interessam a manutenção das desigualdades, o jornalismo se faz presente em todos os âmbitos da sociedade e consegue, ainda que diante de situações adversas,

questionar as injustiças e formar pontes que preconizem a inclusão e a igualdade.

O reconhecimento maior da importância do bom jornalismo, aquele feito com ética e seriedade, para os dias atuais é de extrema importância. Desse modo, essa valorização seria benéfica para todos, tendo em vista o trabalho incansável para que, a partir da lapidação dos fatos, a sociedade seja informada da melhor forma, sendo preparada para debater os mais diversos assuntos e seja instigada a buscar modificação dos padrões já estabelecidos, mas que hoje estão defasados.

Diante do exposto, é possível concluir que o argumento utilizado pelos veículos midiáticos, de que a versão da autoridade era suficiente para transmitir a notícia, é falho, haja vista não corroborar o compromisso e a credibilidade prevista no Código de Ética jornalístico. Ainda que não existisse a intenção de prejudicar os envolvidos, os danos para a vida e honra desses são irreparáveis e perpassam a natureza material, pois nenhuma indenização será capaz de apagar da memória os traumas e julgamentos sofridos por eles.

A Importância de se fazer Jornalismo para a Cidadania

Thércio Martins Lopes

*Aluno do 2º Período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí.*

O curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI) oferta a disciplina de jornalismo e cidadania, sendo possível provocar discussões sobre os direitos e deveres dos cidadãos, pois é extremamente importante para o reconhecimento dos problemas da sociedade e para a formação de um bom jornalista, que será capaz de traduzir os anseios da população e construir o senso de cidadania.

Para isso, a professora Jacqueline Dourado, que ministra a disciplina no período 2021.1, firmou parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), possibilitando a presença semanal de convidados de diversas áreas, trazendo para o debate temas importantes, como primeira infância, nutrição humana, geração de energia renovável e direitos humanos. Vamos destacar alguns temas no decorrer do texto.

É notório que preservar a infância é fundamental para um bom desenvolvimento social e cognitivo do ser humano, por isso precisamos respeitar os direitos da criança

e entender a importância da primeira etapa da vida. Para isso, o jornalismo tem o dever de difundir e defender a causa de uma boa infância para todos, com direito a educação, saúde, lazer e bem-estar.

Inclusive, diversos dispositivos foram criados para garantir direitos básicos para o desenvolvimento de uma criança, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criada em 1990, que instaurou a proteção integral de direitos fundamentais para a infância e a juventude. O ECA foi sendo aperfeiçoado no decorrer do tempo com a criação de novos instrumentos judiciais e novas ações, a Lei da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016), por exemplo, obriga o Estado a estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância.

Certamente, a luta pelo desenvolvimento pleno da criança deve ser de todos. Os jornalistas devem ter a consciência de que devem também buscar engajamento nessa luta, a exemplo, podemos destacar o trabalho da ANDI. A agência se dedicou no início

em especial às crianças e adolescentes das classes sociais menos privilegiadas e uma imprensa desatenta a esta mesma situação. Mas atualmente, a ANDI – Comunicação e Direitos, possui uma missão ampliada, focando não só na infância e juventude, mas também trazendo a preocupação com inclusão, sustentabilidade e políticas de comunicação. A agência traz um suporte aos jornalistas, com fontes confiáveis, informações relevantes e um espaço para discussões sobre os temas assistidos pela agência.

Ainda falando de infância, vale salientar o direito, entre os diversos essenciais, à alimentação saudável, tema que deve ser bastante discutido, uma vez que a desigualdade no nosso país é grande e provoca uma má distribuição de alimentos, ocasionando desnutrição ou problemas cardiovasculares cada vez mais precoce, o que dificulta por exemplo a evolução da criança na escola. Com isso, o dia mundial da alimentação, comemorado no dia 16 de outubro, nos faz pensar a respeito da segurança alimentar e nutrição da população carente, fazendo buscar soluções para dirimir os problemas vivenciados por tantas pessoas.

Podemos notar que o problema é tão presente e real na sociedade que a Organização das Nações Unidas (ONU) evidencia como 2º dos seus 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a “Fome Zero e Agricultura sustentável”. Certamente, esse objetivo está ligado diretamente a todos os demais, principalmente as ODS’s da indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, construção de cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, vida terrestre e saúde e bem-estar.

Outro ODS muito importante é o da garantia de energia acessível e limpa. Para dis-

cutir o assunto o Prof. Dr. Marcos Antônio Lira, nos trouxe uma reflexão sobre o tema e diversas iniciativas de pequeno e grande porte que estimulam o alcance desse objetivo. Além disso, salientou a importância da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 44/2017 que defende o acesso à energia elétrica como direito social na Constituição. Assim, o principal objetivo da proposta é elevar o status da necessidade de energia elétrica para garantir o seu fornecimento para todo o território brasileiro.

Sendo assim, é imprescindível falar sobre direitos humanos ao se tratar de Cidadania, para discutir sobre isso, recebemos a coordenadora adjunta do Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (PB), Mabel Dias, que também é associada ao Interozes, coletivo que luta para transformar a comunicação em um bem público, efetivando-a como um direito humano.

Na ocasião, discutimos sobre os programas policiais e a preservação dos direitos humanos ou melhor, a não preservação. A conversa foi precisa para sensibilizar que um bom jornalista deve também garantir os direitos, tendo compromisso e respeito com todos os envolvidos na reportagem ou história narrada, pois estes não devem ser tratados como personagens de alguma obra fictícia.

Portanto, o jornalismo tem um papel decisivo na garantia dos direitos básicos de qualquer cidadão e precisamos compreender a importância de defender esses direitos, desde a primeira infância. Temos o compromisso de apurar, questionar e informar, levando fatos e causando reflexões aos emissores e receptores das mensagens. Tornar a sociedade mais justa, empática e solidária é dever de cada cidadão e compromisso do jornalismo com os cidadãos dessa nova sociedade.

A Ética da Mídia e a Publicidade Infantil

Ana Gabriela Freire Uchoa Martins

*Aluna do 5º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí.*

Uma das mais recentes polêmicas no que diz respeito à mídia no Brasil se trata da proibição da publicidade infantil. Sendo vista por alguns grupos como censura, essa medida de proibição é defendida por instituições protetoras da infância, que consideram a publicidade infantil como prejudicial para o desenvolvimento da criança. Com base nos debates feitos na matéria de Jornalismo e Cidadania com o palestrante Marcos Urupá, membro do Laboratório de Políticas da Comunicação da Universidade de Brasília, doutorando em Poder e Processos Comunicacionais e professor substituto do laboratório de Jornalismo dessa universidade, foi possível ter diversas reflexões que nortearam esse texto. Ademais, esse tipo de publicidade também está interligado com a questão da classificação indicativa.

Longe de ser simples, a questão da publicidade infantil também está ligada à ética dos profissionais da mídia. Nos anos 80, 90 e até mesmo nos anos 2000 eram comuns os programas matutinos infantis como TV

Globinho e Bom Dia e Cia, que vinculavam desenhos animados e brincadeiras para o público infantil. Durante os intervalos eram exibidos comerciais de brinquedos das mais diversas marcas e personagens, desde as pistas Hot Wheels até a nova linha My Little Pony. Essas atrações tiveram uma queda quando a nova lei foi aprovada, já que sem patrocinadores os programas não teriam como se manter, e atualmente a maioria dos canais não tem mais shows infantis desse tipo.

Os críticos à proibição citam uma suposta censura e argumentam que regular o que as crianças consomem é responsabilidade dos pais. No entanto, o código de ética da radiodifusão brasileira, em seu sexto artigo, já afirma que não se deve desconsiderar o papel dos pais, mas mesmo assim no décimo terceiro artigo diz que é necessário que a programação destinada ao público infantil seja sadia. A publicidade infantil não é vista como sadia, já que apresenta certos malefícios que devem ser levados em conta.

Esses malefícios começam no fato de que, mesmo com o controle parental, a criança é um ser humano em desenvolvimento que ainda não tem condições psicológicas nem senso crítico para entender o objetivo da publicidade, que é vender um produto. Assim, o marketing voltado para essa faixa etária pode acabar interferindo de maneira séria e irreversível com o seu desenvolvimento, levando até mesmo a riscos como o consumismo e a má alimentação.

Em muitos casos, a criança vê uma propaganda de um novo brinquedo e percebe que todos da sua idade o tem, passando a acreditar que para ser aceita, precisa também comprar aquele produto, o que pode evoluir facilmente para uma mentalidade consumista que a acompanhará para o resto da vida. Se o produto for um alimento ultraprocessado, como salgadinhos ou refrigerantes, ao invés de um brinquedo, consumi-lo pode também, além de tudo, levar a criança para um caminho fácil até a obesidade que é um risco cada vez maior para a saúde no mundo atual. E é bem mais fácil que essas duas coisas aconteçam com crianças do que com adultos expostos à publicidade, já que elas não possuem a mesma maturidade ou discernimento.

Tendo em vista a questão da censura e desses malefícios, é necessário também pensar na importância da classificação indicativa para a proteção do público infantil. Mesmo existindo a liberdade de expressão, é vital que ela não se torne absoluta a ponto de passar por cima da segurança de parte do público. O Brasil é um país que já viveu perí-

odos sombrios, como a ditadura militar, nos quais a censura era empregada como ferramenta de repressão estatal, mas a classificação indicativa, diferentemente disso, busca oferecer uma maneira de orientar a família sobre quais conteúdos são adequados ou não para as crianças, evitando danos a longo prazo em seu desenvolvimento.

É infundado dizer que a censura está relacionada ao sistema de classificação indicativo, pois seu objetivo não é impedir que conteúdos com certos temas mais maduros sejam produzidos, mas sim evitar que esses conteúdos cheguem a um público inadequado e vulnerável, prejudicando-o. No entanto, a classificação indicativa em si é aplicada apenas a obras como filmes e desenhos, sendo que na publicidade nada era dito em específico. Assim, através da criação de situações fantásticas e utilização de personagens conhecidos e com os quais é fácil a criança se identificar, a publicidade era feita sem levar em conta esse lado dos possíveis riscos.

A verdade é que a relevância da publicidade infantil para as marcas não se tratava apenas de vender os produtos, mas também de criar consumidores fiéis para o futuro, já que as crianças podem tender a continuar consumindo os produtos que conheceram na infância ao longo de sua vida. Isso é perigoso nos casos em que acaba levando a consumismo e maus hábitos desenfreados sendo normalizados, desse modo, por uma vida toda. Por isso, a limitação e proibição da publicidade infantil não é censura; e sim, justificada.

A criança ensina até mais que o adulto

Érica Pessoa Lopes

Aluna do 3º período de Jornalismo na Universidade Federal do Piauí e repórter estagiária do portal de notícia OitoMeia.

Por vezes as crianças são desprezadas, dificilmente as pessoas as levam em consideração, dão ouvidos ou se importam com o que elas falam, e não são vistas como pessoas. É muito comum, numa roda de conversa, ouvirmos que “em conversa de adulto, criança não se mete”, e isso acontece desde os tempos dos nossos avós, perdurando até os tempos atuais.

O que é totalmente errado e prejudicial, visto que isso pode desenvolver nos pequeninos alguns problemas na hora de se expressar, levando eles a terem dificuldade de pontuar suas opiniões e de debater. Porque sempre que tentavam algo nesse sentido, eram calados pelos mais velhos. Por serem considerados desnecessários, inexperientes etc.

O que ninguém sabe, é que temos sim, muito a aprender com as crianças. Que assim como os mais velhos, eles possuem lugar de fala em muitos assuntos, e possuem argumentos interessantes que deveríamos levar em consideração. Eu tenho um sobri-

nho de 7 anos, que é portador do espectro autista. E ele é o ser humano mais incrível que eu conheci.

Viver com ele é um presente. Eu fui e sou ensinada diariamente a ver o mundo com outros olhos, com mais amor, com mais imaginação e com muito mais alegria. Ele tem um jeito único de fazer as coisas, um tempo diferente do tempo das demais pessoas, uma dinâmica diferente de encarar situações e coisas do tipo. Coisas que acrescentam muito na vida de nós adultos, que fazemos parte do âmbito em que ele vive. O Arthur me ensinou que a vida é bem mais divertida se eu enxergar as coisas além do que elas são.

Um carro nunca é só um carro, uma cabana feita de lençol nunca é só uma simples cabana. E eu afirmo para vocês, viver assim é muito mais legal, bem mais entusiasmante! As crianças, apesar da pouca vivência, têm muito a ensinar e a mostrar para nós. E nós aprendemos com elas diariamente. São seres puros e únicos, que merecem espa-

ço na roda de conversa, merecem atenção genuína. Deem atenção à criança de vocês, estimulem ela, exijam que ela se posicione. Vocês têm muito a aprender com ela.

Na palestra ministrada pelo professor Vital Didonet, em parceria com a Andi, fomos apresentados à primeira infância, que é o período da gestação até os 6 meses de idade da criança. É um período em que o responsável precisa se dedicar ao máximo à saúde da criança, ao seu relacionamento com as pessoas que convivem com ela, pois é o período em que ela começa a desenvolver sua base.

De acordo com o professor Vital, a Primeira Infância é a base para a vida adulta, coisa que faz muito sentido, porque os valores

da pessoa são moldados durante a infância. Se a pessoa, enquanto criança, for desprezada pelos pais, tiver seu direito de amor, cuidado, saúde de qualidade e outros negados, ela se tornará um adulto frustrado, com tendência a desenvolver problemas psicológicos, que irão afetá-lo por todo o curso de sua vida.

Partindo disso, eu comecei a entender o tamanho da importância que eu teria que dar ao Arthur, principalmente nos primeiros meses de vida dele, e como eu o acompanhei desde o nascimento, não foi difícil está presente. Então, eu busco ao máximo ajudá-lo em tudo, estimulá-lo, dar atenção, cuidar dele, fazer o que estiver ao meu alcance para contribuir para a formação dele.

“É fácil ser criança”

Guilherme Cronemberger Castelo Branco de Sampaio

*Aluno do 3º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí e criador do
Instagram de curiosidades
@radiomalhadadojatoba*

Este texto nasce após uma série de ótimas discussões proporcionadas pela disciplina de Jornalismo e Cidadania, ministrada pela professora Jacqueline Dourado, em parceria com a ANDI. Entre todas as excepcionais conversas que tivemos, destaco aqui os encontros com o Prof. Marcos Urupá, com a Psicóloga Viviane Fernandes Faria, com a Professora e Nutricionista Fabiana Poltronieri e com a jornalista Mabel Dias. Dessas quatro conversas aprofundarei as discussões sobre crianças e a infância, tentando quebrar alguns mitos sobre essa fase da vida.

É comum que pessoas mais velhas achem que a vida das crianças é fácil, afinal elas não precisam trabalhar 8 horas por dia, entregar 6 trabalhos por semana, nem mesmo limpar a casa. Mas se engana quem pensa assim. Todas as fases da vida possuem suas dificuldades e é difícil avaliar uma como mais ou menos difícil que outra. Os bebês podem não ter que resolver diversas contas matemáticas por dia, mas possuem seus desafios, como aprender a

andar e falar. Para dar uma mostra das dificuldades, analisemos algumas problemáticas enfrentadas durante a infância e que discutimos durante a matéria de Jornalismo e Cidadania.

Classificação indicativa e programas policiaiscos

Durante a infância somos como grandes esponjas que absorvem informações do ambiente. Somos exploradores da vida, descobrindo coisas novas todos os dias e dando valor para as descobertas com um brilho no olhar que muitas vezes os adultos já não têm. Mas por esta característica da infância se faz necessário se ter um cuidado com os estímulos recebidos.

Um exemplo pode ser visto na classificação indicativa de desenhos, filmes, séries e outros produtos audiovisuais. Ela serve para dar um norte aos pais ou responsáveis do que as crianças podem ou não assistir. Tal mecanismo tenta aliar dois valo-

res fundamentais da democracia: o direito à liberdade e o dever/poder de proteção dos direitos humanos das crianças. Há elogios ao sistema, mas há falhas de alguns meios de comunicação por transmitirem programas adultos em horários inapropriados e dos pais de deixarem seus filhos consumirem aqueles conteúdos.

A exibição de programas policiais em TV aberta durante o final da tarde ou horário de almoço é uma mostra dessa falta de responsabilidade por parte dos meios de comunicação. Durante a roda de conversa com a jornalista Mabel Dias, ela destacou algumas características prejudiciais que esses programas trazem: incitação de desobediência às leis e às decisões judiciais; incitação ao crime e à violência; propagação ao discurso de ódio ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição sócio econômica, orientação sexual ou procedência nacional.

Outras características também foram citadas, mas essas são as mais interessantes (e preocupantes) para analisarmos. As crianças possuem filtros e consumir coisas violentas não necessariamente significa dizer que elas ficarão traumatizadas ou se tornarão pessoas violentas. Contudo, é arriscado, como diz uma frase bem conhecida: "Você é o que você come".

Nesse caso podemos dizer que você tem chances de ser o que você consome, afinal alguém que nunca ouviu jazz dificilmente se tornará um músico de jazz, pois não teve estímulos para isso. Seguindo essa linha, uma criança que frequentemente recebe estímulos de violência, de discurso de ódio e de desobediência às leis, tem maiores chances de se tornar alguém violento, que não respeita as leis e reproduz discursos de ódio do que quem não teve

tais estímulos. Isso não é uma lógica totalmente precisa, apenas probabilística.

Muitos não conseguem perceber que consumo de conteúdos inapropriados é um problema a ser enfrentado. Além dos problemas de moldar a personalidade das crianças, o consumo de programas inapropriados pode desencadear problemas psicológicos e traumas. Não me esqueço de uma lenda urbana do Programa do Gugu que assisti quando tinha uns sete anos. Fiquei tão traumatizado que durante mais de um ano não consegui dormir direito do domingo para segunda, por ficar com medo da lenda.

Alimentação

Outra dificuldade enfrentada por algumas crianças é o acesso a uma boa alimentação ou a falta dele. Elas não trabalham nem fazem as compras da casa, então dependem de seus responsáveis para comerem. Por serem bem novas, muitas não sabem a novidade de ingerir certos alimentos, como biscoitos e refrigerantes, e aproveitam para comer aos montes aquelas guloseimas disponibilizadas por seus pais.

Há ainda crianças que até queriam comer frutas e ter uma alimentação saudável, mas não conseguem porque seus pais não têm dinheiro ou então vivem em um deserto alimentar. Deserto alimentar é o nome dado a regiões onde não há alimentos in natura ou pouco processados, apenas processados e os ultraprocessados, ou seja, as pessoas não conseguem ter uma alimentação saudável se não se deslocarem para comprarem alimentos em outros lugares.

Conversamos sobre alimentação com a Professora Fabiana Poltronieri e ela ressal-

tou, além dos problemas já citados, o problema da Síndrome global que vivemos. Esse conceito basicamente a junção entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as três decorrentes, principalmente, do sistema agroalimentar global, além de outros fatores sociais em comum. Isso também vem afetando as crianças, com obesidade infantil em uns, desnutrição em outros e todos sofrendo com as mudanças climáticas.

Como são “apenas crianças” não tem muito poder para mudar essas questões, ficando à mercê dos adultos. Por mais que alguns jovens venham ganhando cada vez mais protagonismo nessas questões, como a sueca Greta Thunberg nas discussões climáticas, o poder de executar mudanças com impacto em larga escala está nas mãos de alguns poucos adultos. São os políticos e os grandes executivos que decidem os rumos do mundo, e nessas discussões, infelizmente, as crianças não são chamadas a opinarem.

Falta de espaços para interações sociais

Indo para uma outra área que também é problemática, falemos da falta de espaços destinados a brincadeiras e interações sociais. Com a violência e a falta de espaços públicos como parques e praças, muitas crianças são forçadas a crescerem reclusas em casa, sem brincarem com os amiguinhos. Ter relações sociais ajudam a criança a desenvolver empatia, capacidade de dialogar, trabalho em equipe e outras habilidades coletivas. Privar as crianças disto é tirar delas algo importante para seu desenvolvimento.

Com a falta desses espaços, um dos locais que pode suprir essa demanda por intera-

ções sociais é a creche. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, de 2016 a 2019, a parcela de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches saltou de 30,4% para 35,6%. Esse dado, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, mostra avanços, porém ainda há espaço para melhorias.

Nas creches as crianças desenvolvem suas habilidades motoras, intelectuais e sociais, além de possibilitar a reintegração de seus pais no mercado de trabalho. Por mais que seja vantajoso para todas as partes, uma criança não tem o poder de se matricular em uma creche, então precisa que seus responsáveis a matriculem. Estes, por sua vez, precisam que existam creches disponíveis. Sendo necessária a articulação do poder público para a construção de creches (com o possível auxílio do setor privado) e depois a ação de seus pais/responsáveis em matriculá-las para que possam efetivamente desenvolver estas habilidades.

Falta de voz

Um último ponto que abordarei aqui é a falta de voz que as crianças possuem em algumas famílias. Não que elas sejam mudas, mas sim que as famílias não levam em consideração as opiniões delas. Isso, inclusive, contraria o inciso 1 do artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que diz “Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela (...)”.

A opinião de criança importa sim. Não que se deva obedecer à todas as vanta-

des dela, mas é necessário ouvir e dialogar com a mesma e não apenas impor sua ideia por meio da força e autoridade. Ao não se validar uma opinião você a trata como se não fosse uma pessoa, algo que é assegurado pela Constituição brasileira de 1988, que afirma que ao nascer você já é considerado pessoa, cidadão e sujeito de direitos.

Conclusão

É preciso entender as lutas diárias das crianças enquanto descobrem o mundo e ajuda-las nessa caminhada. Desvalorizar os problemas enfrentados na infância é se esquecer da sua própria história, época onde você também enfrentou problemas, talvez não os mesmos que as crianças de hoje, mas certamente houveram dificuldades. Há outras problemáticas enfrentadas pelas crianças, mas preferi me ater apenas a alguns poucos tópicos para responder a afirmação no título do artigo: Não, ser criança não é fácil!

Violações dos direitos das crianças e dos adolescentes em programa policiaisco

Gisele de Oliveira Nascimento

*Aluna do 5º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí.*

Como os programas policiaiscos violam os direitos humanos, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA usando termos inadequados, a exposição de imagem e a falta da presunção de inocência

Em parceria com a ANDI-Comunicação e Direitos, a professora Dra. em Ciência da Comunicação Jacqueline Dourado da Universidade Federal do Piauí – UFPI, durante a disciplina de Comunicação e Cidadania, ofertada para alunos do curso de Jornalismo da - UFPI, promoveu uma série de palestras com diversos temas sobre cidadania. Um dos temas abordados, Direitos Humanos e os programas policiaiscos foi ministrado pela jornalista Mabel Dias, que discursou sobre as violações dos direitos dos humanos nos programas policiaiscos. Quando as notícias envolvem crianças e adolescentes, as violações são em torno do termo pejorativo “menor”, a exposição de imagem, a falta da presunção de inocência e a identificação indireta através de entre-

vistas com familiares, vizinhos e exibição do ambiente em que a criança vivia.

A sociedade atual está mergulhada em um ambiente repleto de imagens e informações instantâneas, difundidas por diferentes canais de comunicação, redes sociais, rádios, impressos e televisão. Tais canais fazem parte da construção da identidade do indivíduo, dos grupos sociais e das relações entre eles. Dentro dos veículos de comunicação os programas “policiaiscos” ganharam destaque e a aceitação do público popular em redes nacionais e regionais. Possuindo uma linguagem simples, com forte apelo dramático, humorístico, mostram também uma semelhança e proximidade com a realidade da população e por funcionarem como mediador entre a população e Estado.

Tais programas são fenômenos de audiência durante o meio dia ou no fim da tarde, e na busca incessante por audiência, acabam violando os Direitos Humanos, a Constituição Federal e o Estatuto

da Criança e do Adolescente- ECA, ao promoverem a exibição dos envolvidos de forma sensacionalista.

Quando as narrativas envolvem crianças ou adolescentes, é possível perceber que os temas da violência ou da erotização infantil são exibidos de forma grotesca, promovendo uma série de narrativas distorcidas. Praticando a exposição pública da imagem, do sofrimento físico e psicológico da criança envolvida. Outras violações comuns promovidas pelos programas são: falta de presunção de inocência, identificação de adolescentes em conflitos, incitação à desobediência, uso da nomenclatura pejorativa “menor”.

Os apresentadores geralmente não possuem preocupação com a ética, colocando em xeque a credibilidade jornalística. Costumam usar o termo, “menor de idade” para se referir a criança ou adolescente em situação de conflito. O termo deveria ser abolido pela utilização de forma pejorativa. Ao designar uma criança ou adolescente como “menor”, estamos associando-a ao Código de Menores de 1979. O código considerava a criança ou adoles-

cente como um ser sobe a tutela dos pais ou familiar, ou seja, um sujeito não possuidor de direitos e cidadania.

O Código de Menores era mais punitivo do que regulamentador e amparador aos direitos da criança e do adolescente. Com o surgimento da Constituição Federal de 1988 e a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA em 1990, essa visão foi alterada, crianças e adolescentes passaram a serem sujeitos de direitos.

Os programas policiais devem tomar cuidados com matérias que contém notícias sobre crianças e adolescentes, sempre devem lembrar que crianças e adolescentes são amparados pela Constituição Federal, pelo ECA, tem o direito à privacidade, ao sigilo e à proteção contra ofensa. Deve ser assegurado que não serão colocados em risco ou prejudicados pela exposição de parentes ou do ambiente de convívio familiar (casa ou bairro), devem abolir o termo “menor” e principalmente não atribuir culpa aos mesmos, evitando futuros danos físicos, morais e psicológicos, em decorrência da discriminação ou rejeição por parte da sociedade.

Geração Alpha e o Universo das Telas

Maria Carolina Rodrigues da Matta Mello

Aluna do 3º período de Jornalismo na Universidade Federal do Piauí e bolsista na Editora da mesma instituição (EDUFPI).

Saiba porque evitar que seu filho tenha contato excessivo com o meio digital

Sob orientação e moderação da Profa. Dra. Jacqueline Dourado, a disciplina de Jornalismo e Cidadania nos guiou através de inúmeras experiências com personagens ilustres que atuam na defesa da ética no jornalismo, especialmente na defesa de crianças e adolescentes. Entre eles, o professor Marcos Urupá, que trouxe para nossa sala de aula uma palestra sobre classificação indicativa e publicidade infantil.

Como é impossível não criar um debate sobre esse tema, durante uma conversa também foi levantado o assunto sobre o uso das tecnologias por crianças e adolescentes, e como os algoritmos parecem estar travando uma batalha contra os pais.

De acordo com a pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box- Crianças e Smartphones no Brasil, realizada em outubro de 2020, a porcentagem de crianças de 7 a 9

anos que fazem uso de smartphone por 3 horas diárias aumentou 10% comparado ao ano anterior, chegando a 43%. O que vai totalmente contra o recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que estipula um uso de no máximo 2 horas diárias para crianças menores de 10 anos.

A geração Alpha abrange todos aqueles nascidos a partir de 2010, ou seja, crianças 100% digitais que cresceram com muita informação. O contato com as telas pelas crianças se tornou algo tão comum, que os pais começaram a banalizar o uso do digital. Isso fez com que elas adquirissem algumas características do meio tecnológico, como o imediatismo.

Com certeza o uso das tecnologias trouxe alguns benefícios para os pequenos: facilidade para resolver problemas, criatividade, rapidez, autonomia e maior capacidade de concentração. Entretanto, a criança que tem um contato sem controle é soterrada por uma avalanche de informações, chegando a perder noção do que é real.

É comum vermos em um restaurante, uma família sentada à mesa, a criança geralmente entretida com algum aparelho, como se esse fosse uma espécie de babá eletrônica. Esse tipo de situação acaba com a conversa, com o momento familiar e com a proximidade, as telas que hoje facilitam a vida de alguns pais podem gerar prejuízos para seus filhos, tanto no presente como no futuro.

Não sabendo como lidar com a informação e hiperestimulação, a criança vai copiar a vida das pessoas que ela assiste: ela perde a habilidade de falar o que sente e não aprende a se expressar. Todas essas reações geram consequências, entre elas estão:

- A perda de contato humano;
- Dificuldade na tomada de decisões;
- Ansiedade, impaciência, depressão, angústia e hiperatividade;
- Sedentarismo;
- Problemas visuais (miopia);
- Transtornos do sono;
- Transtornos da imagem corporal e autoestima;
- Transtornos posturais e músculo-esqueléticos;
- Dependência digital;

Um estudo canadense analisou 2400 crianças de 24 e 36 meses de idade com exagerada exposição à telas e seu desempenho em testes de desenvolvimento cognitivo, comprovou que o uso excessivo de tecnologias durante a primeira infância pode interferir no desenvolvimento ideal da criança. É necessário que os pediatras e profissionais da saúde orientem os pais sobre a quantidade adequada de exposições às telas e que discutam as

consequências do seu uso excessivo.

O mal-uso da tecnologia tanto pelos adultos como pelas crianças traz uma série de problemas como os já antes mencionados, a dependência destas telas hoje gera uma preocupação mundial. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 2018 o vício em jogos como um transtorno de saúde mental, pois a dependência aumenta os níveis de depressão, ansiedade e fobia social.

Se nós adultos somos afetados inconscientemente pelas redes sociais e tecnologia, isso não seria diferente com uma criança. Tudo em excesso faz mal, isso não seria diferente com o uso de tecnologia, especialmente durante a primeira infância, fase essencial para o desenvolvimento do ser humano.

Com algoritmos cada vez mais desobedientes, o cuidado dos pais com o uso de tela por crianças e adolescentes deve ser redobrado. É necessário que o adulto crie hábitos mais saudáveis, priorizando as interações sociais reais sobre as digitais. Afinal, o mais velho sempre serve de exemplo para o mais novo, o pai não pode exigir de seu filho uma atitude que ele não tem.

A SBP também faz recomendações sobre o controle do conteúdo que o adolescente tem acesso, como:

- Fazer uso de senhas e filtros correspondentes à idade
- Criar regras saudáveis para o uso de equipamentos e aplicativos digitais
- Promover a interação familiar rotineiramente
- Não permitir que as crianças e adolescentes fiquem isolados nos quartos

com nenhum tipo de tecnologia; É importante estimular o uso destes nos locais comuns da casa

- Pais e responsáveis devem saber com quem as crianças e jovens estão interagindo
- Conteúdos inadequados devem ser denunciados;

É importante que a criança brinque

O ser humano possui cinco sentidos: visão, olfato, tato, audição e paladar. Ao contrário das telas que estimulam apenas o visual, as brincadeiras mexem com os cinco sentidos, aspecto fundamental para o desenvolvimento. Além de entreter e estimular os sentidos, a brincadeira possibilita o uso da criatividade, e também pode ser vista principalmente como

uma forma de expressão do mundo da criança.

Quando o seu filho está com algum problema de comportamento, aprendizagem, ele não consegue expressar diretamente o que sente. As brincadeiras e os desenhos são uma forma de colocar os pensamentos da criança para fora. Se você der uma boneca para um menino, e o pai dele for atencioso com a irmã ou com a mãe, ele vai espelhar aquilo no brinquedo. A forma que a criança brinca é a forma como ela vê o mundo real.

É bom lembrar que o adulto não precisa se sentir culpado por não entreter a criança 100% do tempo, é dessa forma que a criança aprende a dar o jeito dela, a tomar decisões, é fácil observar que a criança no tédio faz uso da criatividade.

Primeira infância e a formação psicológica do indivíduo

Gabriela Pereira de Sousa

*Aluna do 3º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí*

A primeira infância, fase que ocorre durante os seis primeiros anos de vida, é o momento mais fundamental na vida do indivíduo. Apesar de ser subestimada ou pouco valorizada pela maioria dos adultos, esse período da vida pede uma demanda demasiadamente grande de cuidados.

Isso porque todo desenvolvimento social é estruturado nesse momento. Desde medos, vontades, personalidade até a própria estrutura de caráter. De acordo com estudos realizados pelo Simpósio Internacional de Desenvolvimento na Primeira Infância, coisas básicas como vínculos familiares, ambientes saudáveis, socialização com outros indivíduos são fundamentais nesse momento.

É nesse momento que a criança começa a diferenciar o certo do errado, justo do injusto, o que pode e o que não pode, e apesar de não parecer, esses aprendizados serão consequentes de uma formação e prática de cidadania.

Desenvolvimento cognitivo e social

Alguns questionamentos devem ser feitos quando se trata de aprendizado e desenvolvimento na primeira infância. Muitos pais ou responsáveis acreditam que os acontecimentos desse período não interferem na formação social e/ou cognitiva do indivíduo.

A verdade não é essa. Nessa fase, tudo que cerca a criança deve ser intencional como forma de estimular o seu desenvolvimento. As brincadeiras e atividades propostas na escola ou até mesmo em casa são de grande importância para o desenvolvimento não só cognitivo como também social.

Vital Didonet, referência na questão da primeira infância e Membro do Conselho Consultivo da Fundação ABRINQ, afirmou em entrevista cedida ao Canal Futura: "A criança está aberta ao mundo, completamente interessada em aprender e quando damos a ela oportunidade e educação de qualidade, ela se desenvolve de tal forma que sua

mente se abre, as estruturas sociais, afetivas e cognitivas dão suporte para todas as aprendizagens posteriores”.

Por isso é tão importante dar máxima atenção a esse momento, pois é nele que toda a estrutura social é formada. Os danos podem ser severos ao indivíduo e a sociedade caso não exista o acompanhamento adequado nesse período. De acordo com o Hospital Infantil Sabará “Quando este processo ocorre de modo inadequado pela não atuação e participação dos pais, a criança não consegue estruturar as melhores condições para lidar com as suas emoções. Poderá se tornar pouco habilidosa para administrar as adversidades naturais do dia a dia, desenvolvendo uma baixa tolerância à frustração, além de comportamentos desviantes e que irão prejudicá-la no seu desempenho como ser social. Isso não favorece ajustes nos seus relacionamentos futuros e gera sensíveis prejuízos no seu desempenho como pessoa”.

Desenvolvimento psicológico

Além do que se refere ao aprendizado e as formações sociais. É na primeira infância que as predisposições psicológicas serão formadas, ou seja, como já foi dito anteriormente, é nessa fase que os medos, traumas, desejos e personalidade vão sendo formados.

Tudo isso tem relação com o meio em que o indivíduo vive. Existem relatos, muito famosos, de crianças que foram criadas com animais e se adaptaram à forma de viver deles. O filme da Disney “Tarzan” traz essa narração e apesar de ser uma obra ficcional, a premissa é totalmente verdadeira.

O meio em que o indivíduo se desenvolve o guia pelos caminhos que ele vai seguir

viver a vida. Isso é pouco valorizado aos seis anos de idade, mas é muito importante ressaltar que a maioria dos traumas que uma pessoa pode ter foram criados nesse período, ou até mesmo antes.

É de extrema importância que o ambiente em que a criança vive seja calmo, de amor e fraternidade, estimulando o desenvolvimento saudável no nível emocional.

Lole da Cunha, pediatra e especialista em neonatologia, afirma em seu estudo “A revolução dos bebês – aspectos de como as emoções esculpem o cérebro e geram os comportamentos no período pré e perinatal” que o desenvolvimento do cérebro depende de uma complexa interação entre os genes com os quais se nasce e as primeiras experiências que se tem. As primeiras experiências têm um impacto decisivo na arquitetura do cérebro e na natureza e qualidade da capacidade do adulto”.

Além disso, Lole também faz revelações quanto à formação para além da primeira infância, segundo ele “ A emoção do sentimento de estar em segurança, sentido pelo bebê em interação com o cuidador, é fator intrínseco e imprescindível para a saúde mental, conquanto determinante da construção dos caminhos neurais adequados”.

Voltando a dizer, o meio ao qual a criança está inserida determina a forma como ela se portará enquanto cidadão/cidadã na sociedade. Cuidar dos aspectos emocionais e psicológicos nessa fase é de suma importância. Estamos acostumados a ver, principalmente no Brasil, casos de crianças sem estrutura familiar, sem a chance de se desenvolver no quesito educacional e na maior parte dos casos, essas crianças estão fadadas a um destino que fere os preceitos de democracia e cidadania.

Formação do indivíduo e cidadão

Quando não existe uma estrutura bem definida de apoio ao desenvolvimento, é muito provável que os indivíduos não exerçam seus papéis como cidadãos na sociedade, e ainda que exerçam, não se sintam pertencentes a ela.

No período da primeira infância, quando existe um direcionamento adequado, as crianças começam a entender a importância e até mesmo a identificar a presença de regras e como segui-las. Quando não existe acompanhamento adequado, isso também acontece, mas de uma outra forma, por instinto e não por orientações bem definidas.

Os traços de personalidade e caráter são formados nesse período e isso vai nortear o indivíduo até o fim de sua vida. Nos casos de amparo familiar, social e afetivo, isso

gera bons frutos, pois os esforços e orientações visam apenas o bem-estar da criança.

Nos casos em que não existe esse amparo, e/ou ao contrário, existe um desamparo por parte da família e até mesmo do governo, as consequências são muito complexas, o que pode gerar um ciclo vicioso de falta de desenvolvimento na formação.

A UNICEF, em nota, afirmou: "O estímulo e acompanhamento na primeira infância podem quebrar ciclos de pobreza e vulnerabilidade".

O desafio é oferecer a crianças uma perspectiva melhor ainda nos primeiros anos de vida. É necessário que exista apoio para aqueles que não têm estrutura para que e possam ter condições dignas na sua maturidade e assim exercer sua cidadania e serem inseridos em sociedade.

Cidadania: um olhar jornalístico quanto a efetivação dos direitos sociais e civis

Samuel de Oliveira Nogueira Lima

*Aluno do 3º período de Jornalismo na
Universidade Federal do Piauí.*

Em pleno século XXI é perceptível que juntamente com o constante crescimento e desenvolvimento dos grandes centros urbanos cresceram também a violência e as violação dos direitos constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos. Desse modo, o enfrentamento da violência tão presente em nossas cidades tem exigido a elaboração de políticas e mecanismos por parte das autoridades que possam permitir o reconhecimento dos centros urbanos como um espaço de encontro e vivência das múltiplas diferenças.

Os meios de comunicação em massa se inserem nesse contexto como ferramentas indispensáveis para a construção, promoção e efetivação da cidadania e do respeito aos direitos básicos do cidadão. Para a formulação de um contexto discursivo é necessário compreender o que de fato é ser um cidadão. Na visão de muitos teóricos, ser cidadão é ter alguns direitos fundamentais que possam garantir a preservação e manutenção da sua civilidade, direitos tais como: à vida, à liberdade, à igualdade civil perante

a justiça em todos os âmbitos. Também se constitui como direito do cidadão a participação nas decisões políticas e sociais da sociedade na qual convive e está inserido como sujeito.

Partindo das concepções teóricas e históricas sobre a cidadania, temos três tipos de direitos que devem ser desfrutados pelos cidadãos: direitos civis, políticos e sociais. Baseando-se nestes grupos de direitos teremos então uma visão mais esclarecedora e ampla sobre a importância dos meios de comunicação para que estes direitos possam ser devidamente aplicados. O papel básico da imprensa é servir de base e/ou plataforma de apoio aos interesses da sociedade civil, bem como manter de forma efetiva vínculos com os cidadãos. O jornalismo em geral possui a capacidade de exercer um relevante papel quanto se trata da implementação clara e objetiva da cidadania, uma vez que é esperado do mesmo não somente relatar fatos e notícias de modo superficial, mas que possam promover o debate público

de assuntos relevantes para a sociedade. Atualmente, apenas uma minúscula parcela da população brasileira pode contar com a manutenção e guarda integral dos seus direitos, isto é, as classes sociais mais altas dispõem e desfrutam ao mesmo tempo de direitos que em tese deveriam ser acessíveis a todas as camadas sociais, no entanto, isso não ocorre como deveria. Tais indivíduos pertencentes à classe elitista estão ou costumam estar acima da lei, pois mantêm fortes vínculos políticos com os poderes constitucionais (executivo, legislativo e judiciário), enquanto que as classes inferiores possuem o conhecimento sobre os seus devido direitos e deveres, mas os mesmos não são efetivados com mesma eficiência dos demais sujeitos da elite. Os meios de comunicação, em específico o jornalismo, devem ser pensados, analisados, colocados em prática conscientemente, para que possam ofertar a população civil informações para que os seus direitos possam ser exercidos integralmente. Assim, considera-se também o direito à informação como indispensável para a formação de uma sociedade mais justa e apresentando cada vez menores índices de violência e desigualdades. O jornalismo deve atuar no sentido de defender a cidadania indo além de apresentar e relatar notícias. Assim, as coberturas jornalísticas devem enfatizar o enfrentamento de relevantes e atuais problemas sociais. Para que isso ocorra é necessá-

rio que o jornalismo se apresente como uma ferramenta responsável e atuante no fortalecimento e mediação das relações entre Estado e população, fazendo com que um valorize os princípios democráticos para que a justiça ocorra de forma de justa, honesta e imparcial. Para que a cidadania seja exercitada de forma plena, o cidadão tem a necessidade de estímulos oferecidos em forma de informação clara, concreta e objetiva. Nesse contexto de comunicação surge o papel fundamental do jornalista: prestar contribuições éticas e responsáveis para a construção social da cidadania, incorporando como princípio as relações democráticas. É notório que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os meios de comunicação consigam se consolidar como promotores do debate público e defensora ferrenha dos interesses sociais, mas, já é perceptível um grande avanço nessa questão. Nas opiniões e fatos aqui analisados e discutidos ficou evidente que o papel da imprensa está muito além de relatar fatos e apresenta-los em noticiários, sua maior responsabilidade é a de fugir das rotinas jornalísticas tradicionais e apresentar ao público o que de fato lhe interessa e venha trazer contribuições para a resolução dos dilemas que afetam e assolam nossa sociedade tão violentamente, para que a mesma futuramente se torne mais justa, humana e digna de se conviver.

A Primeira Infância e o desenvolvimento cognitivo de crianças

Ezequiel Araujo Maciel

Aluno do 5º período de Jornalismo na Universidade Federal do Piauí e estagiário do Portal OitoMeia.

Falar sobre a Primeira Infância é sobre falar quem somos hoje em dia. Passamos por diversos estímulos, sensações e emoções até termos o mínimo de noção sobre quem somos, e vamos continuar tentando nos entender até o final de nossas vidas. Quem sou eu? Para onde vamos? Parecem perguntas “clichês”, mas desde pequenos já estávamos acostumados a fazermos tais tipos de indagações em busca de compreendermos o mundo a nossa volta.

De acordo com dados do Marco Legal da Primeira Infância, o período de zero a seis anos ou aos 72 (setenta e dois) meses de vida é o que compreende aos nossos jovens pequeninos o que chamamos de Primeira Infância. É uma fase de diversas perguntas e um turbilhão de neurônios trabalhando ao mesmo tempo. Estudos relatam que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. Até os quatro anos de idade, as cerca de cem bilhões de células cerebrais, com as quais uma criança nasce, desenvolvem um quatrilhão de ligações.

As experiências vividas pela criança durante os primeiros anos de vida têm um impacto longínquo na construção do cérebro e no desenvolvimento. Os genes representam o diagrama a ser executado, mas as experiências moldam o processo que define se o cérebro formará uma base sólida com o decorrer dos anos. Durante a Primeira Infância e com o uso repetido do cérebro as construções como controle do comportamento, habilidades motoras, linguagem, memória, visual e emoções vão cada vez mais se enraizando.

O curso de bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí, disciplina de Jornalismo e Cidadania (2021.1), onde tem como grande orientadora e pesquisadora a Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado está proporcionando aos alunos imensuráveis conhecimentos a cerca do assunto. São várias colaborações como cultura, definição de menor de idade, direitos da juventude, classificação indicativa e publicidade infantil, direito a alimentação, entre outros.

Pela extrema importância que essa faixa etária possui devemos salientar que nossas pequenas crianças não conseguem lutar por esses direitos sozinhas. Nós, os adultos, que somos os responsáveis por essa luta de direitos e implementações para um bom e saudável crescimento que nossos pequeninos devem ter por direito.

Os princípios fundamentais para investir em educação na Primeira Infância passam por alguns meios que são: foco em famílias carentes, começar no nascimento, integrar a saúde, desenvolver habilidades cognitivas e o caráter, e incentivar a inovação local em programas de qualidade de zero a cinco anos de idade.

Foco em famílias carentes

Segundo dados da pesquisa Primeiríssima Infância: Creche, efetuada pelo Ibope Inteligência e pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apresentados durante o VII Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância, em Fortaleza, cerca de 59% das crianças de famílias com renda superior a cinco salários mínimos frequentam creches e outros 9% delas continuam à procura de uma vaga. Já ao observarmos crianças sob os cuidados de famílias com renda de até dois salários mínimos a diferença é gritante.

De acordo com os dados da pesquisa apenas 26% das crianças frequentam alguma creche e outras 34% estão em busca de uma vaga nas redes de ensino. O Plano Nacional de Educação prevê uma meta de 50% para que crianças estejam frequentando alguma creche, infelizmente não é o que se vê para as nossas pequenas crianças mais carentes.

Portanto, é claro e evidente que a desi-

gualdade social entre ricos e pobres ainda é bastante sentida em nossa sociedade. Essa desigualdade só tende a crescer ainda mais - uma vez que essas crianças que são deixadas para trás tem menos chances de resgatar o tempo perdido.

É preciso então investir nos primeiros anos de vida, em especial, para as crianças menos favorecidas. Criar políticas públicas de qualidade para esse público de zero a seis anos para que as crianças sejam adultos prósperos e saudáveis.

Começar no nascimento

Os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Cientistas já comprovaram que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida é mais eficaz e gera menos custos do que tentar reverter ou minimizar os efeitos ou problemas futuros. Segundo o economista americano James Heckman, prêmio Nobel de Economia de 2000, programas de alta qualidade para crianças vulneráveis do nascimento aos 5 anos trazem retorno de até 13% sobre o investimento.

Integrar a saúde

A primeira infância começa ainda na barriga da mãe. Para isso é de suma importância os cuidados com o chamado pré-natal. O pré-natal é essencial para garantir que a mulher e o bebê tenham uma gestação e um parto saudáveis e sem nenhuma complicação. O acompanhamento além de prevenir e diagnosticar precocemente doenças e problemas que podem se agravar, também orienta a mulher sobre temas importantes referentes a maternidade.

Durante o pré-natal, as gestantes também recebem orientações sobre a importância de se manter uma alimentação saudável, prática de atividades físicas e a importância de se evitar álcool, fumo e outros tipos de drogas.

Esse direito está garantido por lei e pelo Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, do Ministério da Saúde. Este programa garante diversos direitos às gestantes, como por exemplo a realização de no mínimo seis consultas de acompanhamento pré-natal.

Desenvolver habilidades cognitivas e o caráter

A educação na primeira infância estimula as habilidades cognitivas juntamente com a atenção, motivação, autocontrole e sociabilidade – as características do caráter que transformam conhecimento em know-how e pessoas em cidadãos produtivos.

Desse modo, a escola tem um importante papel no desenvolvimento cognitivo, porque pode detectar algum problema ou dificuldade do jovem em apresentar habilidades em determinada faixa etária. Ao identificá-lo, é possível aperfeiçoar as competências da criança com soluções que facilitem o aprendizado dela.

Incentivar a inovação local em programas de qualidade de zero a cinco anos de idade

Investir nas crianças tem se mostrado o caminho para uma sociedade mais próspera, e uma das melhores maneiras de reduzir a desigualdade, já que as chances de retorno são muito maiores. Destinar recursos para o desenvolvimento das crianças é como ajudar a combater a pobreza antes que ela já se consolide em suas vidas.

Investir na Primeira Infância é investir no futuro de uma sociedade!

REFERÊNCIAS

1 ALMEIDA, Camila. **PRIMEIRA INFÂNCIA - A primeira infância é a solução contra desigualdade: pesquisas mostram que quanto mais cedo começar o investimento, maior a taxa de retorno para as crianças, as famílias, e os países.** 2017. Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/2017/11/12811,37/#>> Acesso em: 14 nov. 2021.

2 BEM-VINDO ao Início da Vida: Como definir a primeira infância e por que essa fase é tão importante. Como definir a primeira infância e por que essa fase é tão importante. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/bem-vindo-ao-inicio-da-vida.html>>. Acesso em: 15 nov. 2021.



Realização



Patrocínio

